

ASSOCIAÇÃO DE SOLIDARIEDADE SOCIAL D. PEDRO V

LISTA CANDIDATA AOS ÓRGÃOS SOCIAIS

2022-2025

Avaliação, pluralismo e sustentabilidade

ENQUADRAMENTO

Os objetivos estatutários de valorização da infância e da juventude comportam uma avaliação permanente do contexto socioeconómico e político do País e a sua confrontação com a avaliação dos resultados obtidos com a atribuição de apoios e donativos, e o financiamento dos projetos aprovados pela Direção.

O Estado lançou uma Estratégia Nacional de Combate à Pobreza 2021-2030, cujo conteúdo esteve em consulta pública, que procura responder, no que toca a crianças e jovens em Portugal, a uma taxa de risco de pobreza avaliada em 19 %, à sua maior incidência na faixa etária dos 12 aos 17 anos com especial vulnerabilidade para as crianças nascidas em famílias pobres, e a desemprego jovem de 24 %.

A isto se junta uma taxa de natalidade que falha persistentemente a reposição da população nas gerações seguintes.

PROPÓSITOS

Ganhar capacidade para interpretar as consequências da situação presente e para definir uma orientação de utilidade pública para esta IPSS que preza a sua independência e liberdade de atuação, mas reconhece a necessidade de colaborar com outras entidades de natureza não lucrativa, e também com o Estado, para conseguir melhores condições de vida e equidade de oportunidades para as crianças e os jovens em Portugal.

Alimentar condições de sustentabilidade para a intervenção pública da Associação de Solidariedade Social D. Pedro V, cuidando da seleção e acompanhamento de projetos estruturantes para apoiar e financiar, assegurando as receitas financeiras necessárias para tanto, com critérios de rendibilidade e segurança dos ativos patrimoniais, e promovendo ainda o empenho e a reflexão dos associados sobre o futuro e as novas gerações.

Dar voz às boas práticas de reforço da mobilidade social, de investimento com retorno social sustentável, de promoção da qualificação e de incentivo ao mérito relativamente a crianças e jovens, com referência a princípios de dignidade da pessoa humana e a valores de pluralismo e tolerância.

ASSEMBLEIA GERAL

Vasco Rocha Vieira

Fernando Manuel Mena Ferreira Martins

Francisco Vaz de Almada

DIREÇÃO

José Maria Belo de Sousa Rego

Maria Luísa Homem Leal de Faria Geraldês Barba

Maria Luísa Macedo Santos Salgado

Vasco Luís Pinheiro Novais Branco

Maria Dinah Bandeira Santos Silva Azevedo Neves

José Miguel de Menezes de Almeida Pereira dos Santos

Inez Ponce Dentinho d'Orey

CONSELHO FISCAL

José António José de Mello

João Pedro Stilwell Rocha e Melo

Manuel Ravara Caldeira Castel-Branco Cary

novembro de 2021